



Centro de Integridade Pública

Anticorrupção – Transparência – Integridade - Edição N° 2/2018 – Março-Distribuição gratuita

# Um Olhar Sobre a Despesa Pública

## PORQUÊ A POLÍTICA FISCAL DO GOVERNO ESTÁ A DEFRAUDAR O POVO MOÇAMBICANO

As políticas fiscais continuam a expandir-se em Moçambique, não obstante o facto de o Governo ter perdido o acesso a importantes fundos de financiamento externo desde 2016. Devido à aplicação de políticas fiscais irresponsáveis que, conseqüentemente, mantém as taxas de juros muito altas, as medidas aplicadas no âmbito da política fiscal seguida pelo Governo só beneficiam os grupos mais próximos à governação, defraudando as expectativas do povo.

A economia (o produto interno bruto, PIB) está a crescer desde 2016 à taxa média anual de cerca de 3,8%, cerca de 50% abaixo das taxas históricas de 7% registadas na década anterior. A médio prazo (até 2020), os economistas<sup>1</sup> não perspectivam uma melhoria no crescimento. Um importante evento – evento primordial (“watershed event”)<sup>2</sup> – que esteve na origem desta queda no crescimento foi a descoberta pública, em Abril de 2016, das famosas dívidas ocultas de US\$ 2 bilhões.

Podemos delimitar as conseqüências económicas deste evento da descoberta das dívidas ocultas em dois grandes blocos.

O primeiro bloco é caracterizado pela:

– Redução de divisas para o Governo como resultado da suspensão do apoio ao orçamento e à balança de pagamentos (que em 2014 correspondeu a 11,5% das despesas totais realizadas), como demonstrado na tabela abaixo:

Tabela. Apoio ao Orçamento e Balança de Pagamentos, 2012-2017  
(em mil milhões de Meticais e em percentagem)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Apoio ao Orçamento e balança de pagamentos	13.6	14.1	26.1	6.8	4.4	0
Despesas totais realizadas	145.2	178.5	227	200.5	209	242.3
Percentagem	9.4	7.9	11.5	3.4	2.1	0.0

– Queda abismal nas despesas de investimento do Governo, de 87,0 milhões de Meticais (MMT) em 2014 para uma média de 50 MMT em 2016-2017<sup>3</sup> (tanto as financiadas com recursos externos como as financiadas com recursos próprios do Estado);

1 Incluindo o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

2 Um evento que muda de repente as tendências observadas – neste caso, tendências macroeconómicas.

3 Fonte: Relatório de Execução do Orçamento do Estado 2017, Ministério da Economia e Finanças.

- Ascensão de despesas referentes à dívida pública;
- Queda significativa do investimento directo estrangeiro (IDE), afectando os projectos do sector privado (em todo o ano de 2017 só foram captados 2,3 mil milhões de dólares, enquanto que em 2016 a cifra era de 3,1 mil milhões de dólares e em 2015 de 3,9 mil milhões de dólares)<sup>4</sup>.

O segundo bloco é caracterizado pela:

- Falta de medidas fiscais para compensar a falta repentina de divisas;
- Crescimento do crédito ao Governo (emissão de dinheiro) e
- Desvalorização acelerada do Metical (até Setembro de 2016), resultando numa inflação acelerada.

É entendimento do CIP que as medidas do Governo para reequilibrar a situação fiscal frente à queda de divisas foram, desde Abril de 2016 até à data, patentemente insuficientes, resultando em desequilíbrios macroeconómicos profundos. O único factor que salvou a moeda nacional de um colapso foi a actuação do Banco de Moçambique (BM) no campo de política monetária<sup>5</sup> ao elevar de forma brusca as taxas de juros de referência<sup>6</sup>. A acção do BM primeiro estabilizou e subseqüentemente apreciou o Metical, com benefícios sumamente positivos para a inflação.

Porém, a reacção do BM foi de emergência às políticas fiscais irresponsáveis do Governo, pois não encontrou medidas complementares no âmbito da política fiscal. Também trouxe consigo um impacto negativo para a actividade produtiva: as altas taxas de juros reduzem a possibilidade de as empresas obterem crédito e, portanto, decresce a actividade económica. As taxas de juro são ainda muito mais altas que antes. Apesar de a inflação ter voltado a níveis manejáveis, o ambiente económico continua desfavorável.

Ora vejamos: as empresas têm que fechar as portas porque não aguentam o peso do crédito a taxas de juros altas, resultando na perda de empregos e diminuindo, assim, o rendimento das famílias. Podemos verificar também que a queda do poder aquisitivo da população resultou numa queda de importações, aumentando as dificuldades para muitas empresas manter os níveis de emprego (círculo vicioso).

## CONCLUINDO

No actual contexto, a atenção do público virou-se para as altas taxas de juros e, conseqüentemente, a opinião pública a responsabilizar o BM. Mas, com base na situação descrita acima, é opinião do CIP que o BM só pode baixar as taxas de juros para os níveis de 2016, isto é, para os níveis antes do “watershed event” causado pelas dívidas ocultas. Isto por um lado. Por outro lado, o CIP é da opinião que se o Governo adequar os seus gastos aos recursos disponíveis poderá, assim, evitar um défice fiscal que precisa de ser financiado com dívida interna.

O crédito interno ao Governo aumentou de 127,9 MMT em Dezembro de 2016 para 215,0 MMT em Dezembro de 2017 – um aumento de 67,9%. O aumento galopante do crédito interno é consequência da acção do Governo de implementar uma política de despesas cuja principal característica é financiar o défice – que resulta em dívida interna – porque os recursos próprios do Estado não são suficientes para cobrir o défice. Nestas condições, o BM não pode diminuir as taxas de juros de referência o suficiente para chegar a níveis anteriores a 2016, sem provocar, outra vez, um aumento na inflação e uma aceleração na desvalorização do Metical. Só que isto impede o sector privado de obter suficiente crédito para as suas actividades (o que se chama “crowding out” – afastamento), enquanto os bancos comerciais recebem juros altos comprando os bilhetes de Tesouro que o Governo está a emitir.

O Governo deve prestar contas do porquê continuar com um nível de gastos demasiado altos dado os recursos serem escassos (muitos gastos são para sectores não produtivos, como, por exemplo, a importação de carros Mercedes para deputados de um país que está a “afogar-se”).

Dada a falta de recursos próprios do Estado, o Governo deveria adequar o nível das despesas a um financiamento que permite o BM baixar as taxas de juros e assim facilitar mais crédito para o sector privado. A falta destas explicações do Governo está a defraudar o povo moçambicano.

4 Fonte: Banco de Moçambique, Estatísticas de Balança de Pagamentos.

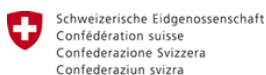
5 Leia a nota do CIP sobre a actuação do BM no link <https://www.cipmoz.org/index.php/pt/financas-publicas/151-gestao-politica-da-divida-e-seu-impacto-nas-politicas-fiscal-e-monetaria>

6 Fonte: varias comunicações do Comité de Política Monetária em 2016 e 2017.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft  
Confédération suisse  
Confederazione Svizzera  
Confederaziun svizra

Swiss Agency for Development  
and Cooperation SDC



Educação para o desenvolvimento



SUÉCIA



Reino dos Países Baixos



Norwegian Embassy



## Informação editorial

**Director:** Adriano Nuvunga

**Equipa técnica:** Anastácio Bibiane, Baltazar Fael, Borges Nhamire, Celeste Filipe, Edson Cortez, Egidio Rego, Fátima Mimbire, Inocência Mapisse, Jorge Matine Stélio Bila,

**Propriedade:** Centro de Integridade Pública

**Maquetização:** Liliana Mangove

Rua Fernão Melo e Castro,  
Bairro da Sommerschild, nº 124  
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917  
Cel: (+258) 82 3016391

[f](#) @CIP.Mozambique [t](#) @CIPMoz

[www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org) | Maputo - Moçambique